

Literatura, Instituição e Sociedade

PAULO DE MEDEIROS
(Universiteit Utrecht)

RESUMO

Uma mudança radical é necessária nos Estudos Literários. Desde a sua origem na universidade moderna, os Estudos Literários sempre estiveram condicionados por interesses políticos e pelo Estado. Hoje em dia, com as transformações rápidas ocasionadas pelo processo de globalização, o número crescente de académicos desempregados, e a queda de interesse nos estudos literários, torna-se imperativo repensar qual deve ser, e não apenas qual pode ser, a função da Universidade e, dentro dela, dos estudos literários. Breves comparações entre a situação do ensino superior na Holanda e em Portugal servem de exemplo concreto a esta reflexão que toma por ponto de origem, e regresso, as considerações de Nietzsche sobre os estudos literários como fundamentalmente anacrónicos. No presente, os Estudos Literários deveriam assumir uma posição fundamental no ensino superior de modo a inculcar nos estudantes um rigor e compreensão crítica que possam depois aplicar ao assumirem cargos na sociedade.

ABSTRACT

Literary studies are in need of a radical change. From their inception in the modern university, literary studies were always conditioned by political interests and by the State. Nowadays, with the rapid consequences of globalization, the larger number of unemployed academics, and a drop in the number of students interested in literary studies it is imperative to think what the function of the University and within it of literary studies should be and not just what it can be. Brief comparisons between the situation of higher education in the Netherlands and Portugal illustrate these considerations that take as their point of start, and return to, Nietzsche's consideration of the fundamentally anachronistic condition of literary studies. Literary Studies in the present should be seen as fundamental to inculcate in students a rigor and critical understanding that they can rely on when assuming their functions in society at large.

... denn ich wüsste nicht, was die classische Philologie in unserer Zeit für einen Sinn hätte, wenn nicht den, in ihr unzeitgemäss – das heisst gegen die Zeit und dadurch auf die Zeit und hoffentlich zu Gunsten einer kommenden Zeit – zu wirken. “Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben”

No princípio de 1873 Nietzsche começou a escrever o primeiro dos quatro textos que compõem as suas *Meditações Extemporâneas*, com o intuito de os oferecer a Wagner como presente de anos, o que não chegaria a realizar por necessitar de mais tempo para os terminar. Embora na altura talvez tenha sido o ataque a Strauss que mais polémica causou, seria o segundo texto, “Da utilidade e desvantagem da História para a vida” que porventura mais influência viria a ter. É a conclusão do prefácio a esse texto que desejo realçar, já que, com uma ligeira adaptação, penso ser hoje tão válida como na altura em que foi escrita: “... pois não saberia que sentido a filologia clássica teria no nosso tempo, senão o de actuar na sua extemporaneidade – isto é, contra o tempo e daí sobre o tempo e, esperançadamente, a favor dum tempo a vir”. Ora, se substituirmos filologia clássica, na altura, e especialmente nas universidades de língua alemã, a disciplina normativa nas letras, pelos estudos literários de hoje, penso igualmente que estes podem ser vistos já como uma espécie de anacronismo ao mesmo tempo que derivam o seu poder incisivo precisamente dessa sua relação múltipla, ambígua e até necessariamente contraditória, com o tempo. E é dessa relação da literatura com o tempo, assim como da sua institucionalização e função na sociedade que desejo falar hoje.

Se se atentar na actual condição dos estudos de letras a nível universitário não será talvez exagerado recorrer a termos como crise, arruinamento, dissolução. Em Portugal o número de estudantes que ainda se matriculam para um curso superior em letras é tão alarmantemente baixo como o número dos professores desempregados é alto. Mas a situação não é exclusiva a Portugal nem condicionada simplesmente por factores demográficos. Já há pelo menos dez anos que, nos Estados Unidos, se notava um declínio significativo em certas áreas das Letras, com a consequência de mesmo grandes universidades se virem forçadas a fechar departamentos tidos como essenciais até aí, e, para me referir ao caso que me toca de mais perto, na Holanda muitos dos estudos tradicionais em letras têm sofrido

baixas enormes no número de estudantes nos últimos sete anos, uma situação que, embora pareça estar a modificar-se, continua a afectar várias áreas como Francês ou Alemão e só Inglês e Espanhol parecem imunes até aqui. Parte do problema sem dúvida estará directamente relacionado com o tempo, isto é, com a percepção certa ou errada da parte dos estudantes de que certas formas de estudo são mais actuais, ou estão mais na moda, mas o que leva a uma tal percepção é a instrumentalização do estudo, um processo não limitado de modo algum aos estudos literários, mas que se faz sentir porventura mais fortemente, ou que eu pessoalmente sinto mais, nos estudos literários.

O ensaio de Nietzsche sobre a vantagem e desvantagem da História para a vida apresenta uma crítica forte a uma certa concepção da História, sem dúvida uma História quer concebida em termos hegelianos como um processo teleológico, quer como uma prática mumificadora do passado e é também uma crítica contundente à instrumentalização do saber que tanto constituía um problema no século XIX em pleno apogeu do nacionalismo e do imperialismo como no século XXI, em plena época pós-capitalista em que as pressões globalistas dos mercados de capital constituem elas mesmo uma ameaça à soberania dos estados nacionais. Antes de continuar, desejo frisar que não me interessa de maneira nenhuma defender uma suposta pureza e autonomia estética livre de quaisquer contaminações práticas, políticas ou sociais. Essa suposta pureza sempre foi um mito assim como a ideia de uma universidade fora dos interesses, e imune aos condicionamentos pragmáticos da sua sociedade. Tanto a universidade como instituição, como o estudo das humanidades dentro dessa instituição, têm mantido uma presença ininterrupta desde a Idade Média, mas têm-no feito através de um processo de constante mudança e adaptação, de que a ênfase na preservação de certos aspectos tradicionais, quer seja o traje académico quer seja a titulação e outros pormenores afins, são parte integral. Hoje em dia é por demais óbvio que a universidade em geral e, mais especificamente, os estudos de letras, necessitam de uma mudança radical. Na Europa essa mudança está em curso, nomeadamente de maneira visível através das resoluções do acordo de Bolonha, e a questão não é tanto o mudar como o modo em que essas mudanças poderão ser feitas. Não tenho a mínima pretensão de apresentar soluções específicas, nem rotas a desenvolver, nem muito menos, na vossa companhia, teria a pretensão de apresentar seja o que fosse de novo, mas sim o de aproveitar esta oportunidade para, conjuntamente, com colegas igualmente

interessados na situação universitária, pensarmos sobre algumas condições do saber, o que necessita não só reflexão, como tempo.

Os estudos literários modernos sempre estiveram ligados a interesses políticos e de estado. Benedict Anderson foi um dos primeiros a chamar a atenção para o processo em como as nações são sempre uma construção para a qual a representação literária tem contribuído de maneira decisiva. Outros têm vindo a demonstrar em como inicialmente os estudos de literatura inglesa estiveram intimamente ligados à necessidade de criar quadros para a administração colonial, capazes de inculcar os preceitos daquilo que se tinha como fundamental para a identidade inglesa. Edward Said, num estudo geralmente tido como fundamental para o desenvolvimento dos actuais estudos sobre pós-colonialismo, demonstrou em como as práticas do saber ocidental, e em especial os estudos literários, criaram uma imagem do oriente como inferior que ainda hoje em dia é operacional em vastos círculos. Quem atentar na construção da imagem de Camões como poeta nacional facilmente constatará um processo semelhante de recuperação de valores tidos como essenciais de uma cultura nacional para uma revalorização de um projecto nacionalista e até imperialista. E hoje em dia, embora de modo diferente, igualmente se poderia referir a questão da lusofonia nesse âmbito de apropriação estatal dos primórdios da literatura como instrumento de comunidade. Mas os estudos de letras não são só, não podem e não devem ser só, um instrumento da razão de estado. Antes de mais, os estudos de letras ou as humanidades em geral têm uma função crítica que lhes serve de definição e base e que os justifica em relação à sociedade de que fazem parte.

Da parte de um professor de literatura, isto é, de quem publicamente e dentro de um quadro institucional que é o da universidade, se dedica aos estudos literários, seria de esperar uma defesa do valor e função da literatura. Mas isso nem sempre é o caso. Na esteira do positivismo e depois ainda mais, sob a influência do estruturalismo, os estudos de letras muitas vezes se sentiram na necessidade de justificar a sua existência como ciência dita humana através de um processo de adaptação metodológica ou pelo menos cosmética das práticas vigentes nas outras ciências. Processo esse que, não obstante estudos de valor que também foram produzidos, contribuiu para um sentimento de inferioridade institucional que ignora não só a tradição hermenêutica na qual os estudos literários

assentam, como também nega a função especificamente crítica dos estudos literários. Por vezes nem sequer é em relação com as ciências ditas exactas que essa relação tímida dos estudos literários se faz sentir, pois, mesmo para com a História, se pode constatar um sentimento semelhante, já que a História tenderia para a análise e reconstrução de factos num processo de óbvia utilidade para a sociedade. Curiosamente, em Portugal, apesar da História desfrutar de reconhecimento geral, a História Literária não teve o mesmo desenvolvimento do que em outros países e só mais recentemente é que se tem notado uma proliferação de várias histórias literárias ao mesmo tempo que o conceito tradicional de história literária tem vindo a ser cada vez mais questionado. Mesmo assim, no que diz respeito à História Literária, também em Portugal se pode notar o mesmo processo comum a outros países ocidentais de usar a história literária como instrumento de fixação do saber e de instauração de um cânone nacional condicionado por certos valores tidos como fundamentais e talvez até imutáveis, e condicionante por seu turno da produção literária. No que diz respeito à teoria literária, a situação actual é de ruptura total. É possível apontar para épocas do passado recente em que uma ou outra teoria se apresentava como dominante, desde o estruturalismo dos anos 50 e 60 à teoria de recepção, ou as várias modalidades da teoria pós-estruturalista, das quais se pode talvez destacar a desconstrução, quer como praticada por Derrida quer como assumida e re-exportada por teóricos norte-americanos.

Mas, na verdade, o que talvez seja mais saliente é o modo em como, de década a década, os estudos literários pareciam envolvidos numa mudança radical de paradigma mais sintomática de uma certa volubilidade do que de uma renovação fundamental e que porventura reflecte melhor os conflitos internos de assumir autoridade e de estabelecer uma carga de capital cultural próprio por grupos sucessivos de académicos. Presentemente, o estado da teoria literária é de ruptura, já que não só não existe nenhum modelo que se sobreponha a outros – o que em si até é salutar – como os vários métodos muitas vezes parecem mais empenhados numa auto-justificação entrópica que parece raiar nas bordas do autismo. De um modo muito lúcido, Rosa Maria Goulart discutiu já muitos destes problemas em *Literatura e Teoria da Literatura em Tempo de Crise*, em que defende de modo explícito o valor da teoria da literatura assumida conscientemente contra os seus vários detractores. Poderia exagerar, dizendo que enquanto os adeptos das estratégias

desconstrutivas se afirmam constantemente como eleitos de uma seita inscrutável para os não-iniciados com pretensão exclusiva do rigor intelectual, por outro lado, os adeptos da teoria pós-colonial ou dos estudos culturais bradam sem cessar a sua importância política numa auto-celebração da sua própria subversão. Se me permiti dar um exemplo exagerado ao ponto do ridículo, no entanto, não foi por subscrever o anti-intelectualismo que está na base de muitos dos ataques à teoria literária e aos estudos literários em geral, mas sim por pensar que infelizmente tal caricatura não estará longe daquilo que muitos colegas, fora e até mesmo dentro dos estudos literários, e o público em geral, imaginam como sendo a situação actual. Desejaria estar errado, mas caso a minha assunção corresponda, mesmo que parcialmente, à realidade, penso igualmente que a causa de tal percepção da ruína dos estudos literários deve de ser procurada em primeira instância no modo em como os estudos literários tendem a projectar uma visão da literatura em si e da sua função institucional e na sociedade. Para começar, e sem querer regressar ao tempo do formalismo, penso que um ponto importante dos estudos literários é o modo em como praticam e ensinam a praticar uma leitura minuciosa e atenta, pois só a partir desse rigor é que se torna possível a crítica que considero fundamental para a manutenção de uma sociedade democrática.

Não é tanto o sentimento de crise nos estudos literários que me preocupa, pois penso mesmo que um certo estado de crise permanente é uma das condições principais para que possam efectivamente servir a sua função crítica, não só servindo de espelho à sociedade mas, ao mesmo tempo, permitindo mostrar através dessa imagem que reproduzem como também ao mesmo tempo a literatura tem uma função produtora. Menciono simplesmente como exemplo, um estudo de Doris Sommer, sobre os romances familiares do século XIX na América Latina, incluindo o Brasil, em que essa investigadora amplamente demonstra em como é nesses romances que as respectivas sociedades tiveram oportunidade de ver possíveis formas de se organizarem. O que me preocupa é mais o sentido de dissolução dos estudos literários, a sua ruína, por assim dizer, dentro da universidade actual, um sentido que, por razões óbvias, gostaria de opor como não só sendo incorrecto, como pernicioso. Neste sentido vejo dois problemas correlatos mas distintos: por um lado, a situação actual na Europa com uma ênfase em projectos neo-liberais de constrangimento económico aliados a uma crescente xenofobia que não tem só a ver

com a própria dinâmica da expansão europeia, nem com as vagas de terror, nem com as realidades sócio-económicas de cada país, mas talvez seja somente resultado de uma convergência de factores históricos e sociais. Por outro lado, as determinantes demográficas aliadas a uma instrumentalização do ensino com raízes no sistema capitalista mas inseparável dos processos estatais.

Seja como for, penso que em Portugal as estatísticas relacionadas com a educação, apesar de serem volvidos mais de 25 anos da restauração do processo democrático, e quase duas décadas após a integração na Comunidade Europeia, mostram bem em como os problemas são prementes a todos os níveis. E mesmo em outros países em que a situação não assume proporções semelhantes, cada vez se sente mais o mesmo processo de falência do sistema educativo – na Holanda, por exemplo, apesar de ainda se manterem altos níveis de sucesso e competência escolar, cada vez há mais casos de violência nas escolas, por vezes com consequências fatais, a segregação da população estudantil causa problemas reais, o número de jovens que ingressam na universidade é reduzido e muitas vezes demonstra carências significantes. Um aspecto que me parece problemático é o facto de os Estados, embora continuem a manter uma influência preponderante nas universidades, continuamente reduzirem os orçamentos do ensino superior. Parece-me não só contraditório como suspeito o facto de os governos que assumem publicamente o desejo de incentivar o conhecimento na Europa de modo a recuperar uma posição de competição mundial vantajosa, ao mesmo tempo cortarem verbas por vezes essenciais para o desenvolvimento desse saber. Não é que um orçamento mais generoso em si ofereça a solução – por vezes os factores mais importantes para o estímulo do saber nada têm a ver com os recursos materiais, mas sim com o reconhecimento dos valores humanos. Mas não deixo de suspeitar que por vezes o conhecimento tão apregoado afinal de contas será um conhecimento limitado, um conhecimento imediatamente rentabilizável na produção de patentes, na exploração de mercados, na exportação de soluções, e não um saber próprio.

Um dos modos mais insidiosos da instrumentalização do ensino tem a ver com a suposta função das faculdades de Letras. Enquanto que outras faculdades tradicionais, tal como Direito e Medicina, desde o início assumiram uma função profissionalizante, Letras continua a ser um caso muito mais vago, pois a sua função nem sequer é a de

preparar escritores, se bem que nada se oponha a que isso aconteça. Ora, aquilo que uma Faculdade de Letras tem como ponto base para a sua função, e nisso será igual às demais, é a primazia do saber e a vontade de se esforçar para atingir a verdade mesmo nos tempos de hoje em que o consenso indica que a verdade em si é sempre uma projecção múltipla. Para atingir esses objectivos, a Faculdade de Letras em geral, e os estudos literários em particular, promovem toda uma série de actividades didácticas e de investigação com metodologias díspares e com resultados por vezes não só diferentes como opostos. Para além disso, também se dá o caso de a Faculdade de Letras assumir uma função profissionalizante na medida em que prepara e treina futuros professores. Mas essa função, que nalguns casos terá porventura assumido prioridade, deveria ser uma função sempre secundária e directamente ligada às condições específicas da respectiva sociedade.

Tento exemplificar baseando-me na minha experiência em Utrecht, onde a Faculdade de Letras funciona de uma maneira bastante descentralizada, em que cada disciplina, oficialmente reconhecida como tal, funciona dentro de parâmetros comuns mas com um alto grau de autonomia. Assim, o Departamento de Português, uma unidade bastante pequena, mantém uma Comissão Pedagógica e uma Comissão de Exames próprias, e também, no que diz respeito a certas considerações, assume por si as decisões. Até 2001, data em que se iniciou o processo de transformação curricular de acordo com os preceitos estabelecidos em Bolonha, o Departamento oferecia uma vertente pedagógica aos estudantes interessados, que, além de seguirem o curso regular de estudos, necessitavam de mais um ano para seguirem matérias específicas para o seu treino como professores do ensino secundário. A formação de professores era, portanto, uma das funções estabelecidas oficialmente pelo Ministério da Educação para o Departamento de Português. Essa opção já há anos que não era eleita pelos estudantes visto não haver praticamente mercado de trabalho na Holanda para professores de Português no secundário, e quando o currículo foi reestruturado, essa opção deixou de existir. Sei que em Portugal tal decisão não seria por agora possível, e, teria muitas outras consequências, mas vendo as notícias do ano passado em que os jornais afirmavam haver cerca de 30.000 professores no desemprego, penso que seria da maior importância pensar a função de formação profissional nas faculdades de Letras em Portugal. Isto é, o abandono da opção pedagógica em

Utrecht no caso de Português foi uma decisão pragmática baseada na situação actual, mas que não pôs em causa a função primordial do Departamento que é a de promover o conhecimento nas várias áreas dos Estudos Portugueses e desenvolver as capacidades intelectuais dos estudantes com base em conhecimentos específicos assim como num plano teórico.

Dados os cortes orçamentais a que as universidades holandesas têm vindo a ser submetidas pelo menos nos últimos quinze anos, a administração tem procurado adoptar medidas reactivas quer positivas quer negativas, como a concentração de estudos com um número reduzido de estudantes numa só instituição, a cooperação entre várias instituições com programas conjuntos de maneira a evitar repetições, a redução do pessoal docente através do não preenchimento de vagas e outras afim. Independentemente daquilo que eu pense sobre esta ou outra medida tomada, e que não é aqui pertinente, o que me tem impressionado é a reacção dos estudantes às mudanças efectuadas, pois a opinião mais persistente tem sido a de que a universidade tem vindo a reduzir alguns dos seus requerimentos de modo a atrair mais estudantes ou a permitir a alguns ainda a obtenção de um diploma, já que o financiamento das universidades, infelizmente, continua a estar dependente do número de estudantes inscritos e do número de diplomas outorgados. Penso ser importante essa voz dos estudantes, que não deixou ainda de acreditar na função da Universidade como instituição dedicada ao saber e que exige o rigor crítico que deveria caracterizar os estudos académicos em vez da panaceia das soluções agradáveis e imediatas. Não me cabe a mim pronunciar-me sobre o que as universidades portuguesas poderão ou não fazer, mas o tempo actual implica mudanças e mudanças até radicais e, por isso, penso que será igualmente necessário pensar-se o que a Universidade deve ser para evitar-se soluções de conveniência que acabem por tornar a Universidade numa simples fábrica de diplomas. O futuro de qualquer sociedade depende do grau de educação dos seus membros e esta nunca pode ser simplesmente uma medida quantitativa das suas competências. Poderemos ensinar muitas coisas aos jovens que nos são confiados, mas se não os ensinarmos a pensar, e a pensar criticamente, teremos falhado não só na nossa missão como, mais grave, teremos falhado na nossa responsabilidade para com eles.

Se os estudos literários não tiverem uma função predominantemente ligada à preparação de professores, o que é o caso

nas universidades que conheço de mais perto, quer nos Estados Unidos, quer na Holanda, facilmente poderão ser vistos como um luxo já que se torna difícil especificar exactamente para que é que servem. Lembro-me da dificuldade que eu e os meus colegas em Utrecht tivemos em definir as profissões para as quais os nossos estudantes estariam aptos após o seu curso, e que tínhamos de especificar nos planos a apresentar à Universidade e ao Ministério antes de recebermos certificação oficial. Na verdade, os estudos literários, assim como muitos outros dentro das Humanidades, não preparam estudantes para nenhuma profissão em especial. O que devem fazer, pelo contrário, é prepará-los para assumirem toda uma variedade de posições dentro da sociedade, aptos a analisar criticamente as realidades com que sejam confrontados, aptos a agirem em consciência do passado cultural que nos informa a todos, e aptos a moldarem essa sociedade, a tentar melhorá-la, duma maneira responsável, tendo-lhes ficado do seu estudo uma vontade de saber e de procurar a verdade. Podereis responder que sou demasiado optimista, ou de que um tal ideal para os estudos literários não só ignora as realidades actuais de competência económica, como também nunca foi possível mesmo numa altura em que as Universidades eram essencialmente instituições elitistas fora do alcance da grande maioria da população. Talvez seja assim, mas se nos reduzirmos a priori a alvos pragmáticos e de fácil alcance penso que abandonamos as nossas próprias responsabilidades. Lembro de novo as palavras de Nietzsche com que comecei sobre a actuação anacrónica da filologia clássica não só fora de tempo, mas, por isso mesmo, capaz de agir sobre o tempo e de influenciar um tempo a vir. O rigor crítico e analítico que deve caracterizar os estudos literários e sem o qual a sua paciente examinação de textos não faz sentido é o que penso estar na base para a imaginação e construção de um futuro que se deseje humano e livre.

Desejo citar uma passagem de um dos diários de Saramago em que o escritor nos conta um episódio da juventude. Não se tratando de uma análise textual no sentido próprio, creio que expõe o modo em como a análise textual opera de forma crítica. Saramago descreve uma visita ao teatro em que, por falta de dinheiro, ocupava um lugar na parte mais elevada, o “galinheiro”:

Encimando o camarote presidencial e dificultando ainda mais a visão, havia (e lá continua) uma grande e sumptuosa coroa real, de talha dourada, símbolo que sobrou das monarquias passadas, agora reduzida a mero adorno

figurativo. Com propriedade e com rigor, porém, o que víamos não era a coroa na sua plenitude aparente, a que oferecia a sua magnificência e o seu esplendor aos espectadores privilegiados dos camarotes e da plateia. Nós, os do galinheiro, tínhamos de contentar-nos com o reverso dela, a parte de trás, o outro lado, numa palavra, a ausência. Sim, a ausência. Ou porque tinham querido poupar algum dinheiro em madeira e em folha de ouro, ou porque acharam que as pessoas que viriam a sentar-se ali não eram merecedoras de mais consideração, a coroa do Teatro Nacional de São Carlos não é uma coroa completa, é três quartos de coroa, ou ainda menos. Lá dentro, amparando a real estrutura, viam-se naquele tempo uns sarrafos mal aplainados, fixados com pregos torcidos, muito pó, teias de aranha, alguma vingativa e republicana ponta de cigarro. Como se alguém, nesses distantes e ingênuos dias, tivesse acendido a luz que haveria de iluminar-me a existência, compreendi que o ponto de vista do galinheiro é indispensável se realmente quisermos conhecer a coroa (IV, 98-99).

Este ponto de vista do galinheiro é apresentado por Saramago, não inesperadamente, como uma perspectiva de classe. Mas na sua essência, isto é, na análise dos processos ideológicos do poder, e na sua relação dos efeitos de poder com a realidade, é uma perspectiva de análise textual. Saramago, por assim dizer, lê criticamente o “texto” da coroa como constituindo uma alegoria do poder em si, apresentando uma fachada ilusória apoiada por uma construção deficiente.

Nos últimos trinta anos o sistema universitário em Portugal tem passado por modificações importantes, das quais talvez seja mais saliente o acréscimo de novas instituições, quer públicas quer privadas, assim como o crescimento exponencial do número de estudantes. Júlio Pedrosa, num estudo recente sobre a Universidade em Portugal, declara que, enquanto em 1974, o número de estudantes era de 54.000, passados vinte e cinco anos, já atingira 340.000 (2). Em princípio seria de assumir tal aumento da população estudantil como um resultado fortemente positivo, mas Luiz Reis Torgal, num ensaio apresentado ao mesmo colóquio em Lisboa em 1999, levanta a questão se não “deverá falar-se mais de uma “massificação” do ensino superior em Portugal do que propriamente de uma verdadeira “democratização”? (14) Tendo em conta os problemas graves que ainda confrontam a sociedade portuguesa, o elevado grau de analfabetismo funcional, a baixa escolaridade de grande parte da população, as médias altas de abandono prematuro do ensino, talvez pareça especioso indagar-se sobre se o aumento da população estudantil representa uma massificação do ensino, mas penso que a questão levantada por Reis Torgal é importante, pois um número mais

elevado de estudantes por si só pouco diz. Não tenho dúvida de que, mesmo se o número de estudantes aumentasse ainda mais, isso não reflectiria necessariamente um grau mais elevado de cultura no país. Penso ser necessário distinguir entre vários aspectos da questão. O aumento do número de estudantes é necessário e deveria ser encorajado. Mas ao mesmo tempo dever-se-ia ter em conta que há várias modalidades de ensino superior e que várias instituições podem servir funções diversas. Na competição para inscrições penso ser necessário assumir-se essa diversidade e não pretender seguir modelos únicos ou nivelar os vários tipos de ensino superior pois isso traria consequências decerto desastrosas. Na Holanda, por exemplo, o ensino superior está repartido em vários sectores, desde o ensino superior profissional cuja função é a de preparar quadros de gestão e profissionais de várias áreas, da enfermagem à hotelaria, às universidades técnicas e às universidades clássicas. Mas nota-se uma tendência para fundir não só áreas distintas como por vezes mesmo instituições com missões diferentes alegando uma maior economia de recursos. Nalguns casos isso será até desejável e corresponderá a alterações reais na sociedade. Mas quando os politécnicos pretendem oferecer cursos de mestrado em áreas das Humanidades por pensarem que assim terão mais prestígio, ou quando as universidades experimentam com a oferta de cursos profissionalizantes numa tentativa de aliciar mais estudantes, corre-se o risco de simplesmente enfraquecer qualquer desses programas.

Em 1872 Nietzsche escreveu uma série de seis palestras que não publicou, e que estão relacionadas com as teses que formularia depois sobre o uso e a desvantagem da História a que me referi no início. O tema dessas palestras era o futuro das universidades alemãs: “Ueber die Zukunft unserer Bildungsanstalten”. Nietzsche aponta para duas tendências que ele considera perniciosas e dominantes na situação das universidades alemãs do seu tempo: por um lado, o impulso de expandir o mais possível o conhecimento e o ensino (*Bildung*), por outro lado, o impulso para diminuir e reduzir os mesmos. Nestes impulsos Nietzsche vê não só uma corrupção da universidade como, em relação ao segundo, vê nele a acção do Estado. Contra essas tendências, Nietzsche considera a esperança de actuação de dois outros impulsos virados para o futuro que ele considera como tipicamente alemães, ou seja, o impulso para o estreitamento e concentração do conhecimento e ensino junto com o impulso para reforço e auto-suficiência dos mesmos. Ora, se deixarmos de lado a

questão se estas duas últimas tendências estarão ou não relacionadas com supostas características nacionais, e pensarmos que o impulso para concentração e especialização do ensino, assim como a capacidade de docentes e investigadores eles próprios instigarem o desenvolvimento do saber, penso que poderemos ainda hoje aplicar a análise feita por Nietzsche. As universidades, quer públicas quer privadas, na sua relação com o Estado, e não só em questões orçamentais, muitas vezes, vêm-se submetidas a toda uma série de medidas que são em princípio contrárias à sua função.

Limito-me a dar um exemplo que me toca pessoalmente: As universidades holandesas conheciam dois graus académicos tradicionais. O primeiro, “doctoraal”, equivalente a um mestrado, exigia na regra cinco anos de estudo e uma tese. Para tentar economizar, já que os estudantes holandeses têm direito a uma bolsa do Estado, o Ministério decidiu reduzir esse primeiro programa de estudos, exceptuando a Medicina e o Direito, para quatro anos. E, com a decisão de seguir o acordo de Bolonha, esse primeiro grau deixou de existir, tendo sido criado um BA de três anos complementado por um MA. Em Utrecht a Universidade, antes de receber qualquer plano do Ministério, decidiu que um MA teria de ter dois anos de curso complementado por uma tese, mas teve de modificar a sua posição depois em face do facto de que o Ministério só financiará a bolsa dos estudantes de Mestrado durante um ano. A lógica é simples: se, antes do acordo de Bolonha, o Ministério só financiava estudantes durante quatro anos e eles recebiam um grau equivalente ao de mestre, na nova situação isso deveria manter-se. Assim, Utrecht tem agora dois programas de MA, um com um programa de um ano apenas, incluindo tese, e outro de dois anos com tese. No que diz respeito aos estudos literários, este compromisso reflecte de maneira muito evidente a interferência estatal assim como a capacidade académica para a superar. Sem dúvida que dois programas de mestrado em estudos literários implicam uma duplicação, assim como o facto de tentar oferecer um programa de mestrado num ano necessariamente o enfraquece, ao mesmo tempo que tenta torná-lo acessível a um maior número de estudantes. Refiro este exemplo simplesmente porque na situação actual, em que as universidades europeias se encontram num processo de transformação que vai além da contínua renovação do currículo ou de uma remodelação administrativa, já que para seguir o acordo de Bolonha, em muitos casos, modificações importantes serão necessárias, penso ser extremamente importante pensar na função das

universidades e no seu futuro. A massificação do ensino superior, que se deu mais ou menos geralmente, quer nos Estados Unidos quer na Europa, a partir do fim da década de 60, tem um lado positivo, que é a expansão do ensino superior a uma camada mais vasta e mais representativa da população, mas tem igualmente um contraponto que é o enfraquecimento desse mesmo ensino que necessariamente assume um carácter muito mais generalista. Mas isso não implica um enfraquecimento geral do ensino superior nem implica que as modalidades desse ensino tenham de continuamente se desdobrarem em cada vez mais variantes. Na minha opinião, o ensino superior, e especialmente nas universidades, poderá ter um primeiro programa com aspectos mais generalistas e depois programas de mestrado e doutoramento devidamente especializados e rigorosos. Uma diferenciação que se poderá ainda manter a nível de BA entre as universidades e outras instituições afins seria a ênfase possível na preparação teórica e crítica dos estudantes universitários, aos quais seria dada a escolha de travar conhecimento com um leque variado de disciplinas das quais poderiam escolher uma para concentração dos seus estudos. A função dos estudos literários na preparação desses estudantes, creio que poderia ser fundamental, não só permitindo-lhes o desenvolvimento das suas capacidades expressivas como também desenvolvendo neles o sentido de análise crítica dos conhecimentos recebidos. Neste sentido, foi com óbvio prazer que li a entrevista a Eduardo Marçal Grilo, recentemente publicada no número de 18 de Abril da revista *Pública*, em que o ex-ministro da Educação declara: “Estudar é ler. E ler é um acto de grande concentração em que o conhecimento vai sendo sistematizado ... a ficção é uma das melhores formas de estudar ... “ (10). O reconhecimento assim dado à função primordial dos estudos literários no estabelecimento do conhecimento por uma figura ligada principalmente à esfera da tecnologia e da administração estatal, é encorajadora. Não obstante, para que um tal reconhecimento possa ter aplicação concreta, muito será necessário, e a iniciativa depende prioritariamente daqueles mais directamente envolvidos no ensino dos estudos literários.

Em *L'Université sans condition* de 2001, Derrida igualmente adverte sobre a necessidade de pensar e repensar a condição da universidade mas urge uma certa pressa, pois, nos termos da sua conclusão, o “impossível” que seria um futuro da universidade e em especial das Humanidades, em reacção aos condicionamentos do mercado de trabalho, à assumida superfluidade de professores num

sistema cada vez mais marcado por uma exploração de agentes temporários de ensino e de uso de práticas cibernéticas, um futuro em que os limites tradicionais dos departamentos académicos, e até da própria universidade, seriam necessariamente alterados e até anulados, dando azo a novas organizações e até a uma transferência da busca da verdade para fora da universidade, esse futuro não só é imprevisível na sua forma como no momento em que possa chegar: “Car cet impossible dont je parle, s’il arrivait peut-être un jour, je vous laisse en imaginer les conséquences. Prenez votre temps mais dépêchez-vous de le faire, car vous ne savez pas ce qui vous attend” (79). Não me cabe aqui analisar a complexidade desse texto de Derrida, com o qual nem estou inteiramente de acordo, mas que penso ser bastante importante, até porque sobressai das considerações actuais sobre a universidade e a função dos estudos literários ao não assumir compromissos nem com as imposições das empresas nem com os condicionamentos do poder estatal. No entanto, desejo mencioná-lo por duas razões: uma, o facto de, nesse texto, Derrida assumir o valor da filosofia e dos estudos literários como o último recurso de resistência e de invenção; a segunda, porque o texto de Derrida é, do princípio ao fim, um jogo, ao mesmo tempo, subtil e óbvio com os textos de Nietzsche que mencionei, jogo esse que, se, por vezes, desaponta, não deixa de constituir um desafio a todos os académicos para tomarem a sério a sua função, pensando qual deve ser, e não somente qual poderá ser, o seu futuro em função do seu legado histórico. Ao defender uma universidade incondicional, Derrida está bem ciente de que uma tal universidade não existe, não pode talvez existir. Mas, ao assumir a incondicionalidade da universidade como sendo uma das suas qualidades fundamentais, Derrida apela de facto para um ideal de universidade que não deixa de ser importante só por não ser imediato, tal como o princípio de verdade, que rege a ideia de universidade, também não deixa de ser real por não ser absoluto:

“... l’université moderne *devrait être sans condition*. (...) Cette université exige et devrait se voir reconnaître en principe, outre ce qu’on appelle la liberté académique, une liberté *inconditionnelle* de questionnement et de proposition, voire, plus encore, le droit de dire publiquement tout ce qu’exige une recherche, un savoir et une pensée de la *vérité*” (11-12).

Ainda dois brevíssimos exemplos em forma de conclusão: desejo lembrar uma personagem de um dos romances mais marcantes de José Saramago e voltar a uma figura do texto de Nietzsche. Quase no fim de *Ensaio sobre a Cegueira*, o grupo de cegos que forma o núcleo da

narrativa encontra-se num apartamento com um escritor cego que, apesar de não poder ver aquilo que escreve, nem de poder presenciar literalmente muito do horror circundante, mesmo assim, não deixa de escrever “palavras inscritas na brancura do papel, gravadas na cegueira”. Esse escritor cego é uma imagem metaficcional complexa, mas é, acima de tudo, uma imagem da função da literatura de preservar a memória, para servir de testemunha perante o futuro. Para concluir a sua introdução às palestras sobre o futuro das universidades alemãs, Nietzsche desafia os seus leitores a porem de lado o seu isolamento e desconfiança, de maneira a destruírem, através das suas acções, a importância do seu livro e assim torná-lo ultrapassado, obsoleto, esquecido. Nietzsche vai ainda mais longe e interpela os seus leitores invocando não um estatuto profético que ele de início rejeitara, mas, em toda a sua acérbica lucidez, a figura do arauto. Nietzsche invoca essa figura do arauto em toda a sua densidade semântica, como guerreiro, como anunciador dos títulos de nobreza a serem conferidos, e como portensor de uma herança, um legado, a passar. Nietzsche desafia os seus leitores, o professorado, a agirem de maneira a que sua proclamação se cumpra e nesse momento se anule, ciente de que a única maneira de seguir as suas injunções sobre o futuro da universidade seria a de ir contra elas, e, assim, além delas. De certo modo é essa a intenção de Derrida. Só que o desafio de Nietzsche é como um “double-bind” e não penso que se possa cumprir, pois, mesmo quando se assume essa função militante, de resistência, que é a herança e função das Humanidades, e que tentei aqui brevemente invocar, será sempre necessário voltar a Nietzsche, não como um ponto de origem, mas como uma irrupção, cujos efeitos ainda hoje se fazem sentir, que hoje, talvez mais do que nunca, se devem fazer sentir, verdadeiramente.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDERSON, Benedict (1991) [1983]. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, Verso.
- DERRIDA, Jacques (2001). *L'Université sans condition*, Paris, Galilée.
- GOULART, Rosa Maria (2001). *Literatura e Teoria da Literatura em Tempo de Crise*, Braga, Angelus Novus.
- MARÇAL GRILO, Eduardo, “Os Portugueses Ainda Não Reconhecem Que a Valorização das Pessoas Se Faz Através da Educação”, Entrevista com Teresa de Sousa, In: *Pública*, 18 de Abril de 2004.

- NIETZSCHE, Friedrich, (1999) [1872]. “Ueber die Zukunft unserer Bildungsanstalten. Sechs öffentliche Vorträge” In: *Kritische Studienausgabe I* (eds. Giorgio Colli e Mazzino Montinari), München e Berlin, Deutscher Taschenbuch Verlag, de Gruyter.
- NIETZSCHE, Friedrich, (1999) [1873]. “Unzeitgemäße Betrachtungen” In: *Kritische Studienausgabe I* (eds. Giorgio Colli e Mazzino Montinari), München e Berlin, Deutscher Taschenbuch Verlag, de Gruyter.
- PEDROSA, Júlio (1999). “Da Universidade que temos ao pensar numa Universidade que queremos”. Texto apresentado ao Colóquio “Da Ideia de Universidade à Universidade de Lisboa”, Reitoria da Universidade de Lisboa, 29-30 de Novembro 1999, acessível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/cie/seminarios/universidade/jpedrosa.htm>.
- REIS TORGAL, Luís (1999), “Caminhos e contradições da Universidade Portuguesa: Centralismo, autonomia e neo-liberalismo”, Texto apresentado ao Colóquio “Da Ideia de Universidade à Universidade de Lisboa”, Reitoria da Universidade de Lisboa, 29-30 de Novembro 1999, acessível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/cie/seminarios/universidade/ltorgal.htm>.
- SAID, Edward, (1978), *Orientalism*, New York, Pantheon Books.
- SARAMAGO, José, (1995). *Ensaio sobre a cegueira*, Lisboa, Caminho.
- SARAMAGO, José, (1997). *Cadernos de Lanzarote. Diário IV*, Lisboa, Caminho.
- SOMMER, Doris, (1991). *Foundational Fictions: The National Romances of Latin America*, Berkeley, University of California Press.